

Fim da impunidade

Na quarta-feira, o Senado da República vai viver um momento especial e delicado. Será votada no plenário a recomendação, feita pelo Conselho de Ética, de que sejam suspensos por oito anos os direitos políticos do senador Luiz Estevão e seu mandato parlamentar cassado imediatamente. É uma pena dura que implica punição por mais de catorze anos, os seis que ainda restam do atual mandato e os próximos oito anos em que fica proibido de exercer a política, votar ou ser votado.

Os crimes de que o senador foi acusado foram minuciosamente investigados, estudados, avaliados e pesquisados na comissão parlamentar de inquérito que apurou irregularidades no Poder Judiciário. Foi na CPI que se descobriu a enormidade do superfaturamento ocorrido na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. Foi ali, também, que as relações entre as empresas do senador brasileiro e a Incal, responsável pela obra de São Paulo, se revelaram perigosamente promíscuas.

Afinal surgiram documentos que, além de incriminar o senador, revelam ser ele, na realidade, o verdadeiro proprietário da Incal. Ou seja, a obra é dele. Esse importante pormenor justifica a quantidade de telefonemas trocados entre ele e os responsáveis pela construção do prédio. Explica, também, por que funcionários e diretores da Incal são egressos da OK — empresa do senador em Brasília. Justifica, por último, as elevadas transferências de recursos entre as empresas.

O Senado chega a esse importante capítulo na sua existência depois de cumprir várias etapas. Primeiro, a CPI do Judiciário. Depois, o Conselho de Ética, que concedeu ao acusado o prazo necessário para a defesa. Foi considerado culpado. Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça, onde, de novo, o senador utilizou retórica e fartos recursos da eletrônica para argumentar em seu favor. O processo prosperou. Nesta quarta-feira, pousa no plenário. Será uma sessão secreta, com voto igualmente secreto. Mas os fatos são eloquentes. Falam por si.

Em nenhuma das fases anteriores, Luiz Estevão conseguiu sensibilizar seus pares. Não apresentou documentos que justificassem seus procedimentos. E não se livrou da acusação de ser o proprietário oculto da Incal. O plenário do Senado terá a difícil missão de promover, pela primeira vez em mais de 170 anos de história, a cassação de um senador graças à vontade expressa de seus colegas. A história vai registrar esse momento de coragem e rigor no cumprimento da lei. É de se lamentar que o primeiro senador a ser cassado por iniciativa dos próprios companheiros seja integrante da bancada do Distrito Federal.

O braço da Justiça está mais comprido. É onda que ganhou força, em 1992, com o impeachment de Fernando Collor de Mello e a conseqüente suspensão de seus direitos políticos. Nos últimos dez anos, a Câmara dos Deputados cassou quinze parlamentares. No Rio Grande do Sul, desde 1994, 342 prefeitos foram processados. E 108 deles

condenados. Em São Paulo, no mesmo período, 44 responderam a processos. E catorze foram condenados. A lista é longa. Em Minas, quinze foram condenados; em Pernambuco, dez; na Paraíba, dezoito; no Rio de Janeiro, onze; em Santa Catarina, sete. Desde o ano passado, os políticos que perdem o mandato não têm mais direito de ser julgados por tribunais superiores. Respondem por seus atos na Justiça comum.

Londrina é a segunda maior cidade do Paraná. Seu prefeito, Antonio Belinati, acaba de ser cassado. Na maior cidade do Brasil, São Paulo, o prefeito está vivendo situação de confronto aberto com a Justiça. Celso Pitta já perdeu o cargo, a ele retornou e está sob o risco de não concluir seu período à frente da prefeitura. Enfim, os tempos são outros. Os administradores públicos precisam andar na linha. Lei que tramita no Congresso prevê cadeia para os políticos que gastarem mal os recursos públicos.

A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, outrora poderosa figura à frente do Ministério da Fazenda, está condenada a treze anos de prisão sob a acusação de receber vantagens para autorizar reajustes de tarifas durante período de congelamento de preços no Plano Collor. Rosane, mulher do ex-presidente Collor, foi condenada a 11 anos e quatro meses de prisão por crimes de corrupção na gestão da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Antonio Rogério Magri, ex-ministro do Trabalho no governo Collor, pode amargar dois anos de cadeia, acusado de receber propinas.

A sensação de impunidade está se reduzindo. A sociedade se mostra cada vez mais cansada da corrupção e disposta a ver políticos punidos. O país amadureceu. A voz que vem das ruas pede rigor nos gastos públicos e honestidade ao administrador. Daí por que se torna ainda mais extemporânea a situação do governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, cuja gestão apresenta surpreendente fartura de denúncias da pior espécie: relações promíscuas com bicheiros e grileiros, malversação de dinheiro público, licitações de obras públicas acertadas na clandestinidade. Roriz dá a impressão de não perceber o rumo dos novos ventos e, em vez de dar satisfações sinceras à sociedade, ora esconde-se no silêncio, ora na demagogia.

O discurso falso, a retórica fácil e a demagogia não mais produzem resultados políticos positivos. Estão proporcionando um festival de cassações, impeachments e prisões. Os tempos mudaram. Exigem-se mais vigilância e ação. O Ministério Público partiu na frente. Os jovens procuradores têm sabido honrar o poder que lhes conferiu a Constituição de 1988. No entanto, as lideranças brasilienses — políticas e empresariais — estão estranhamente mudas. Mostram-se mais interessadas nas próprias conveniências. Decepçionam ao furtar-se a tomar posição que se espera dos verdadeiros líderes. Eles devem resposta à sociedade, que cobra mais e mais moralidade, bom desempenho do administrador e extrema cautela no manejo de verbas públicas. A provável decisão dos senadores na próxima quarta-feira é um retrato deste novo Brasil. O vento virou. A impunidade é menor.